



AMR 01/8189/2018

CARTA ABERTA AOS CHEFES DE ESTADO PARTICIPANTES DA VIII CÚPULA DAS AMÉRICAS

A Anistia Internacional reconhece a VIII Cúpula das Américas como um espaço regional que promove o diálogo entre os vários Estados do continente americano. Esta organização considera essencial a priorização dos direitos humanos como um eixo transversal das políticas públicas nas Américas para uma abordagem abrangente do tema central desta Cúpula: “Governança democrática contra a corrupção”. Permanecem latentes no hemisfério americano importantes brechas sociais, econômicas e participativas, e há grandes desafios em termos de acesso à justiça, impunidade e pleno gozo dos direitos humanos para a maioria. As Américas continuam sendo a região mais desigual e violenta do mundo.

A discriminação e a desigualdade ainda existem no continente, exacerbadas pelo caos provocado por altos níveis de violência: ondas de homicídios, desaparecimentos forçados e detenções arbitrárias. Os defensores dos direitos humanos também são vítimas dessa violência quando realizam seu trabalho. As comunidades indígenas continuam sofrendo discriminação e seus direitos econômicos, sociais e culturais são constantemente violados, inclusive seu direito a terras ancestrais e ao consentimento livre, prévio e informado em relação a projetos que as afetam. Em geral, os Estados americanos tiveram poucos avanços em termos de proteção dos direitos das mulheres e meninas, como os das lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI).

A constância da violência extrema continua sendo uma realidade para milhões de pessoas no continente, inclusive em países como Brasil, El Salvador, Honduras, México e Venezuela. Essa violência é alimentada pela proliferação de armas ilegais e pela crescente presença e influência de grupos criminosos organizados.

Muitos governos continuam a recorrer a táticas repressivas, incluindo o uso indevido de sistemas de justiça e de suas forças de segurança para silenciar a dissidência e qualquer crítica. Isso permite a impunidade no uso generalizado da tortura e outras formas de abuso, e também que os países sejam governados dentro de um contexto de desigualdade, pobreza e discriminação, que é frequentemente sustentado pela corrupção e pela falta de responsabilização. Ao mesmo tempo, um grande número de pessoas foge de suas casas para escapar da repressão, violência, discriminação e pobreza. Muitas dessas pessoas sofrem outras formas de abuso ao empreender essas viagens ou ao chegar em outros países da região.

É neste contexto que também pedimos aos Estados que incluam compromissos firmes na declaração final da VIII Cúpula das Américas para garantir que os direitos humanos de todas as pessoas, sem distinção, sejam protegidos. Esses compromissos devem ser traduzidos em ações e políticas de imediata implementação no continente.

A Anistia Internacional gostaria de aproveitar esta oportunidade de encontro regional para reiterar diante de todos os chefes de governo presentes nesta Cúpula algumas considerações sobre a situação dos direitos humanos no continente:

A retórica regressiva em matéria de direitos humanos e seu impacto nas Américas

Milhões de pessoas em toda a região enfrentam uma crise de direitos humanos agravada por retrocessos na proteção dos direitos humanos em legislações, políticas e práticas, e pelo crescente uso de retórica regressiva e divisória.

Nos Estados Unidos, o governo do presidente Trump apresentou uma retórica contra os direitos, a favor da discriminação e da xenofobia; uma retórica que é evidenciada através da assinatura de uma série de ordens executivas que ameaçam os direitos humanos de milhões de pessoas naquele país e no exterior. As ordens executivas que suspenderam o programa de reassentamento de refugiados por 120 dias, assim como a redução do limite anual de refugiados aceitos para 45 mil em meio a uma crise global de refugiados, tem efeitos



devastadores sobre as pessoas da América Central e México, bem como de outros países da região que buscam proteção devido à violência generalizada em seus países.

Em particular, o cancelamento de programas humanitários como o Status de Proteção Temporária (*Temporary Protected Status*, TPS), que permite que cidadãos de El Salvador, Haiti e Nicarágua trabalhem legalmente; ou o término da Ação Diferida para Chegadas na Infância (*Deferred Action for Childhood Arrivals*, DACA), que põe em risco as autorizações temporárias de trabalho de 700 mil imigrantes sem documentos, não só têm efeitos prejudiciais, mas também representam grandes retrocessos em termos de direitos humanos, imigração e status de refugiado.

Além disso, na Venezuela, onde as pessoas estão vivendo a pior crise de direitos humanos da história do país, a retórica de agressão contra as vozes dissidentes ao Presidente Maduro é usada para justificar graves violações dos direitos humanos, como detenções arbitrárias, ataques contra civis e tortura, e outras formas de maus-tratos, em meio a uma crise humanitária que afeta a população em geral.

Mulheres e meninas também estão sofrendo consequências devastadoras devido a regressões dos direitos humanos. Nos Estados Unidos, ao reincorporar e expandir a lei da mordaza (*global gag rule*), cerca de USD 8,8 bilhões em fundos de assistência externa foram restritos a programas internacionais de saúde que oferecem ou até mesmo mencionam a palavra aborto em seu trabalho. Mencionando apenas a América Latina, onde especialistas estimam que 760 mil mulheres são tratadas anualmente devido a complicações resultantes de abortos inseguros, essa política de governo dos Estados Unidos coloca em risco a vida de muitas mulheres e meninas.

Outro exemplo lamentável é a resolução do Ministério da Educação e Ciência do Paraguai, adotada em outubro de 2017, que proíbe a disseminação e o uso de materiais referentes ao que o Ministério considera como “teoria e/ou ideologia de gênero”. Essa resolução representou um grande retrocesso dos direitos humanos e contradiz as obrigações internacionais do governo paraguaio.

Mulheres, meninas, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI) são vítimas de discriminação e violência permanentes devido a preconceitos e estereótipos que se mantêm em nossa sociedade. Excluir a educação sobre igualdade do currículo é promover essa violência e discriminação por parte do Estado, com gravíssimas consequências.

Acesso à justiça e luta contra a impunidade

A impunidade continua generalizada e desempenhando um papel fundamental nas violações e abusos dos direitos humanos em muitos países do continente. Alguns exemplos recentes revelam a pendente dívida histórica que existe em matéria de justiça:

Em países como o México, as detenções arbitrárias e o confinamento são generalizados e muitas vezes dão lugar a outras violações dos direitos humanos, a maioria das quais não é adequadamente investigada. Mais de 35 mil pessoas se encontram desaparecidas, além do número alarmante de execuções extrajudiciais. A tortura e outras formas de maus-tratos são práticas constantes a que as forças de segurança recorrem regular e impunemente, a fim de forçar as pessoas a assinar falsas “confissões”.

Em um recente relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos ficou claro que, mesmo no caso dos 43 estudantes de Ayotzinapa que foram submetidos a desaparecimento forçado em 2014, a investigação oficial empregou táticas de tortura e outras formas de maus-tratos, ocultação e manipulação de provas. Outros casos também não foram gerenciados de maneira muito melhor.

Além disso, o ex-presidente peruano Pedro Pablo Kuczynski perdoou o ex-presidente Alberto Fujimori, condenado a 25 anos de prisão em 2009 por crimes contra a humanidade, concedendo também o direito de graça (indulto), que encerra todos os processos criminais contra ele. Essa medida tem graves consequências



sobre o direito das vítimas de crimes contra o direito internacional e constitui uma grave violação dos direitos humanos à verdade, à justiça e a reparações.

No ano passado, centenas de pessoas foram às ruas na Guatemala para rejeitar a impunidade e a corrupção. O país também enfrentou uma crise política quando vários membros do governo renunciaram aos seus cargos em resposta à tentativa do presidente Jimmy Morales de expulsar o diretor da Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala (*Comisión Internacional contra la Impunidad en Guatemala*), um órgão independente estabelecido em 2006 pelo governo e pela ONU para fortalecer o estado de direito pós-conflito.

No Chile em 2017, as autoridades encerraram uma investigação sobre o suposto sequestro e tortura do líder mapuche Víctor Queipul Hueiquil. Isso enviou uma mensagem desanimadora aos que defendiam os direitos humanos em todo o país, pois fez transparecer que uma investigação completa e imparcial não havia sido realizada. A líder indígena e Machi Francisca Linconao e outros 10 indígenas mapuches foram absolvidos de acusações de terrorismo devido à falta de provas que os implicavam na morte de duas pessoas em janeiro de 2013. Em dezembro, no entanto, o Tribunal de Apelações declarou esse julgamento nulo e sem efeito.

Crise de refugiados

Segundo o ACNUR, a Agência de Refugiados da ONU, mais de 57 mil pessoas de Honduras, Guatemala e El Salvador solicitaram asilo no exterior em 2017. Muitas dessas pessoas foram forçadas a retornar a seus países, onde a falta de um sistema de proteção eficaz os deixa expostos aos mesmos perigos e condições dos quais tentavam escapar.

Além da crise de refugiados na América Central, esta organização não pode deixar de destacar a situação na Venezuela, que tem provocado um aumento significativo do número de refugiados daquele país. Esse aumento não pode ser entendido sem uma avaliação da crise de direitos humanos que o país está vivendo.

Protestos e o uso excessivo da força

Autoridades de vários países, incluindo Colômbia, Argentina, Venezuela, Paraguai e Porto Rico, responderam recentemente aos protestos sociais em suas ruas com o uso excessivo e desnecessário da força.

Embora a taxa de homicídios em Honduras tenha diminuído, a Anistia Internacional expressa sua profunda preocupação com os altos níveis de violência e insegurança do país. A impunidade reinante enfraqueceu a confiança do público nas autoridades e no sistema judiciário. Recentemente, houve protestos em massa por todo o país para denunciar a falta de transparência em torno das eleições presidenciais de novembro, os quais foram reprimidos pelas forças de segurança com o emprego excessivo da força. Segundo organizações locais, mais de 30 pessoas morreram nessas circunstâncias, dezenas ficaram feridas e mais de mil pessoas foram detidas.

Na Venezuela, as forças de segurança também usaram força excessiva e abusiva contra os que protestavam pacificamente, usando, entre outras coisas, gás lacrimogêneo e balas de borracha. Mais de 120 pessoas morreram nesse marco de conflituosidade social. Milhares de pessoas foram arbitrariamente detidas e numerosos relatos de tortura e outros maus-tratos foram registrados. O sistema judiciário tem sido frequentemente usado para silenciar dissidentes - usando tribunais militares para julgar civis, entre outras táticas - e para processar e perseguir defensores dos direitos humanos.

Defensores dos direitos humanos

Honduras continua a ser o país mais perigoso da região para os defensores dos direitos humanos, especialmente para os que trabalham na proteção de terras, território e meio ambiente. Na Guatemala e Honduras, agentes estatais e não estatais vinculados a empresas nacionais e transnacionais visam campanhas buscando desacreditar seu trabalho. Defensores dos direitos humanos são intimidados, ameaçados e atacados sem a devida investigação. Na Guatemala, o sistema de justiça é usado com frequência para atacar, assediar e silenciar aqueles que defendem os direitos humanos.



No caso do assassinato da renomada defensora dos direitos humanos, Berta Cáceres, cometido em março de 2016, uma equipe de advogados internacionais expôs, em relatório recente, graves deficiências na investigação oficial. A esse respeito, esta organização pede às autoridades que conduzam investigações para determinar e identificar os responsáveis que participaram ativamente da investigação oficial. Além disso, desde o assassinato da defensora, vários ativistas de direitos humanos e ambientais de Honduras foram alvo de assédio e ameaças.

Na Colômbia, é muito preocupante o aumento de ataques contra defensores dos direitos humanos, especialmente líderes comunitários, defensores da terra, do território e do meio ambiente, e pessoas que fazem campanha a favor do processo de paz. De acordo com o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, mais de 100 defensores dos direitos humanos foram vítimas de homicídio em 2017. Grupos paramilitares também fizeram numerosas ameaças de morte e, na maioria dos casos, as autoridades não conseguiram identificar os responsáveis pelas ameaças ou mortes.

Em Cuba, um grande número de defensores dos direitos humanos e ativistas políticos continuam sendo assediados, intimidados, injustamente demitidos de seus empregos públicos e arbitrariamente detidos, numa tentativa de silenciar críticas. Ainda há censura dentro e fora da Internet. Eduardo Cardet Concepción, líder de um grupo pró-democracia chamado Movimento de Libertação Cristã, está entre os prisioneiros de consciência, tendo sido sentenciado a três anos de prisão por criticar publicamente o ex-presidente Fidel Castro. Em outro exemplo, as Damas de Branco, um grupo de mulheres parentes de indivíduos detidos por motivos políticos, continuam a ser um dos principais alvos da repressão feita pelas autoridades.

A decisão do Supremo Tribunal de Justiça do Peru, absolvendo a defensora de direitos humanos Máxima Acuña Atalaya, após cinco anos de processos judiciais baseados em alegações falsas de usurpação de terras, assinala um marco para os defensores do meio ambiente na região. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir uma proteção efetiva e abrangente aos defensores dos direitos humanos no continente.

Os direitos das comunidades indígenas

Nas Américas, as violações dos direitos de povos indígenas continuam presentes em países como Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Honduras, Nicarágua, Paraguai e Peru, entre outros.

Na Argentina, comunidades indígenas continuam sendo criminalizadas. Assim, o uso de processos criminais para assediar essas comunidades e ataques da polícia, incluindo espancamentos e intimidações, são uma realidade. Em novembro de 2017, Rafael Nahuel, da comunidade mapuche, sofreu morte violenta durante uma evacuação realizada pelas forças de segurança.

Na Colômbia, uma onda de homicídios de indígenas pertencentes a comunidades historicamente afetadas pelo conflito armado salienta as limitações na aplicação do Acordo de Paz. O assassinato de Gerson Acosta (líder do conselho indígena Kite Kiwe em Timbío, Cauca, que foi baleado várias vezes ao sair de uma reunião comunitária) ilustra tragicamente a ineficiência das medidas adotadas pelas autoridades para proteger a vida e a segurança de líderes comunitários e outros membros de comunidades indígenas.

No Peru, foram promulgadas leis que enfraquecem a proteção dos direitos de comunidades indígenas em relação à terra e ao território, e minam seu direito ao consentimento livre, prévio e informado. Da mesma forma, o Peru continua a desconsiderar o direito de centenas de membros de comunidades indígenas à saúde, já que suas únicas fontes de água foram contaminadas com metais tóxicos e eles não têm acesso a cuidados de saúde adequados.

No Equador, o direito das comunidades indígenas ao consentimento livre, prévio e informado continua a ser violado, e houve situações em que o Estado invadiu territórios indígenas para fins de futura extração de petróleo.

Nessa mesma linha, os povos indígenas do Paraguai continuam a ter seu direito à terra negado, bem como seu direito ao consentimento livre, prévio e informado sobre projetos que os afetam. Apesar das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o governo não concedeu à comunidade Yake Axa acesso a suas terras, nem resolveu um caso relativo a terras expropriadas de propriedade da comunidade Sawhoyamaxa.

O Supremo Tribunal de Justiça da Guatemala reconheceu a falta de consulta prévia aos povos indígenas xinka



de Santa Rosa e Jalapa, afetados negativamente pela atividade de mineração. No Brasil, vários conflitos de terra e invasões de territórios de povos indígenas por madeireiros e mineradores ilegais resultaram em ataques violentos contra essas comunidades.

Igualdade e não discriminação

Em toda a região, mulheres e meninas continuam sujeitas a uma ampla gama de abusos e violações dos direitos humanos, incluindo violência, discriminação e violações de seus direitos sexuais e reprodutivos.

A impunidade é generalizada em crimes como estupro, homicídios e ameaças. A discriminação na investigação e perseguição desses tipos de crimes está enraizada e muitas vezes é reforçada pela falta de vontade política e recursos limitados alocados para esses fins.

A constante violência de gênero na República Dominicana, por exemplo, levou a um aumento no número de homicídios de mulheres e meninas. A violência baseada em gênero contra mulheres e meninas também é motivo de profunda preocupação no México e piorou em países como Nicarágua e El Salvador.

Na Colômbia, o número de homicídios de mulheres em cargos de liderança aumentou e não há avanços claros para garantir o acesso à justiça para as sobreviventes. Por outro lado, as organizações de mulheres colombianas conseguiram que o acordo de paz estabelecesse que suspeitos de terem cometido crimes de violência sexual têm de comparecer perante tribunais de justiça transitórios.

Além disso, indivíduos LGBTI enfrentam condições persistentes de discriminação, assédio e violência na região, particularmente em países como Haiti, Honduras e Jamaica, entre outros. Na República Dominicana, o corpo de Jessica Rubi Mori, uma mulher transgênero, foi encontrado desmembrado em um terreno baldio. Enquanto na Bolívia, o Tribunal Constitucional Plurinacional invalidou parte de uma lei que concedia o direito de casamento a transgêneros que mudassem de gênero em seus documentos de identidade.